

# Mensalidades de abril serão tabeladas

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney já tem pronto o decreto que revoga a liberação das mensalidades escolares, em vigor desde fevereiro. Pela minuta que lhe foi entregue ontem, no Palácio do Planalto, pelo Ministro da Educação, Hugo Napoleão, os colégios terão seus preços tabelados a partir de abril.

Para se chegar ao valor da mensalidade em abril, o MEC definiu a seguinte fórmula: o total pago pelos pais de alunos no segundo semestre de 87 será corrigido com base na URP do primeiro trimestre deste ano. Deste valor é deduzido o que já foi pago de janeiro a março de 88, e a diferença será dividida entre as mensalidades de abril a junho.

Os reajustes destas mensalidades obedecerão a duas variáveis: sobre despesa de pessoal, as escolas poderão aplicar no máximo a URP; sobre os gastos com materiais e manutenção, o índice máximo será a OTN.

O Presidente José Sarney considera que as escolas estão agindo de forma abusiva e determinou que o Ministérios da Educação e da Fazenda adotem com urgência uma solução que não as inviabilize. O Presidente reuniu-se ontem à noite com Hugo

Napoleão e o Ministro interino da Fazenda, Paulo Ximenes, e determinou o fim das mensalidades abusivas, segundo o Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Segundo fontes do MEC, Sarney estava decidido a assinar ontem o decreto, o que não aconteceu devido à ausência do Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que se encontra nos Estados Unidos.

Além de redefinir os critérios do reajuste, o decreto que tabela os preços das escolas devolve ao MEC o controle das mensalidades que, desde a gestão de Bresser Pereira, ficou com a Fazenda. As negociações entre pais de alunos e escolas serão mediadas pelo MEC, que poderá ou não delegar este poder aos Conselhos Estaduais de Educação, atualmente primeira instância na relação colégios-pais. Com isso, a fiscalização ficaria igualmente com o MEC.

Outro artigo do decreto cria severas punições aos colégios que desrespeitarem o tabelamento. Qualquer aumento além do permitido deverá ter aprovação expressa das associações de pais e diretórios estudantis. Os cursos livres continuarão com os preços liberados.



Costa Couto (à direita) e Hugo Napoleão se reúnem com Ximenes (ao fundo, à direita), interino da Fazenda